



PLANO DE GOVERNO

2025-2028

RENOVAR PARA INCLUIR

**CIDA AIRES
CANDIDATA A PREFEITA**

**GERLANE
CANDIDATA A VICE PREFEITA**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	PÁGINA 3
GESTÃO DEMOCRÁTICA E TRANSPARENCIA	PÁGINA 4
ECONOMIA SOLIDÁRIA	PÁGINA 5
EDUCAÇÃO	PÁGINA 7
SAÚDE	PÁGINA 9
SEGURANÇA PÚBLICA	PÁGINA 11
MORADIA E REFORMA URBANA	PÁGINA 12
MOBILIDADE URBANA	PÁGINA 12
CULTURA	PÁGINA 14
ESPORTE	PÁGINA 15
ASSISTÊNCIA SOCIAL	PÁGINA 15
MEIO AMBIENTE	PÁGINA 17

INTRODUÇÃO

A política em Cotia é controlada por oligarquias que são profundamente autoritárias e contrárias à democracia. As decisões são tomadas por pouquíssimas pessoas, sem transparência e sem nenhuma participação popular. A Câmara Municipal não tem autonomia, é uma extensão da prefeitura. O processo eleitoral é marcado pelo abuso do poder econômico e político. A máquina eleitoral movimenta milhões e envolve uma expressiva parcela da população, condicionada a pensar a política com características clientelistas.

É preciso romper radicalmente com essa forma de fazer política e instituir um processo de participação popular e de criação de uma cultura democrática, criar uma série de formas de ouvir a população sobre os problemas e as soluções para a cidade e de mecanismos que efetivem o que foi ouvido em políticas públicas. Os conselhos populares devem funcionar com estrutura e autonomia para tratar dos assuntos por tema e por região, e não para apenas dar um verniz de democracia.

O Brasil já teve experiências de governos democrático-populares bem sucedidas. Projetos de ampliação da democracia e da participação popular como o Orçamento Participativo e o Congresso da Cidade (governo de Luiza Erundina) podem ser adaptados à realidade de Cotia dos tempos atuais. A governabilidade, ou seja, a capacidade da prefeitura aplicar o seu programa político, não pode ser baseada na troca de favores com a câmara municipal. Ela deve vir da participação e da mobilização popular. A pressão popular é o melhor combustível para fazer a prefeitura andar no sentido correto.

No processo de formulação deste programa de governo foram realizadas rodas de conversa com candidatas(os), movimentos sociais e moradoras/es de nossa cidade. Também nesta perspectiva, defendemos o Programa democrático-popular por ser um projeto que visa reformas estruturais, com características antimonopolistas, anti-imperialistas, que tem por base a democratização radical do espaço geográfico e da sociedade, acumulando para a construção de uma sociedade sem machismo, sem racismo e sem divisão de classes sociais. Uma cidade com livre organização de trabalhadoras e trabalhadores, de mulheres, da juventude, de negras e negros, que incorpora a perspectiva de movimentos sociais, que enfrente o modelo burocrático e capitalista é o projeto que o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – Cotia se compromete a desenvolver se eleito.

Destacando que este Projeto está sempre em movimento, podendo ser repensado e reformulado de acordo com as necessidades da população.

Portanto, para efetivar esta política a participação das mulheres, da população negra, LGBTQIAP+ , juventude e das pessoas portadoras de necessidades especiais ou dificuldade de mobilidade é essencial para pensarmos todos os planejamentos, programas e políticas públicas para nossa cidade. Bem como, a inversão das prioridades orçamentárias, de maneira que o orçamento público seja prioritariamente destinado a atender as necessidades daqueles que mais precisam e que são a maioria na sociedade, sem privilegiar pequenos grupos. Não realizaremos mágica, mas sugerimos propostas para desenvolver atividades sociais e econômicas, objetivando geração de trabalho, renda e melhoria da vida de todas e todos.

Este formato aponta para a importância do protagonismo político de:

Mulheres.... Realizar um governo feminista, ou seja, que tem compromisso com as mulheres, com a autonomia das mesmas e com o combate à violência de gênero é uma de nossas prioridades. Reconhecer que o machismo existe em nossa cidade é necessário para que possamos identificar de quais maneiras ele se materializa e, a partir daí, estabelecermos políticas públicas que o combatam.

Negras e negros... Uma prefeitura que pensa a partir da perspectiva da população negra se opõe à lógica perversa que aponta como suspeita uma pessoa por ser negra, se opõe ao extermínio da juventude negra e periférica, pretende difundir o conhecimento das tradições culturais de origem africana, pensa políticas para desconstruir o preconceito e a intolerância às religiões de matrizes africanas.

LGBTQIAP+... Uma cidade humanizada só pode ser assim chamada se for para todas, todos e todes, com toda a diversidade que se apresenta na população. O combate à opressão e à violência contra Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans, Lésbicas, Bissexuais, Gays e Pessoas não Binárias devem ser focos de trabalho para esta cidade.

Juventude... A prefeitura de Cotia precisa cuidar muito de suas/seus jovens. Estas/es precisam de espaços para desenvolver suas potencialidades e para a criação de novas formas de relação com a cidade. Garantir a existência desses espaços é muito importante, sempre deixando o protagonismo para a própria juventude.

Assim, as políticas para mulheres, LGBTQIAP+, população negra e juventude foram aqui pensadas de maneira transversal e não de forma paralela aos outros planos governamentais. Por este motivo, as propostas para estes setores da população estão no decorrer deste programa, imbricadas com as outras áreas de atuação e não de forma isolada.

Aprendemos com o movimento de mulheres e com as populações da diáspora africana que é possível outro formato político, uma maneira que rompe com a lógica do individualismo e da competitividade. Que pensa a sociedade com as outras pessoas - de um jeito solidário e generoso. Por isso, novas alternativas de produção econômica serão necessárias em Cotia, buscando a superação de atual padrão de consumo, inspirada no ecossocialismo, formando cadeias produtivas locais, aproximando produção e consumo, além de implementar tecnologias sustentáveis que contribuam com o saneamento básico, água limpa e esgoto tratado.

Os desafios são muitos e, por isso, só podem ser realizados de maneira democrática e popular!

GESTÃO DEMOCRÁTICA E TRANSPARÊNCIA

Cotia tem uma imensa máquina pública, que é ineficiente e serve apenas como cabide de emprego, como sistema de clientelismo pelo qual as elites locais compram votos. Clientelismo é a relação em que os direitos do cidadão são transformados em favores.

Esta é uma grave forma de controle população! Para promover a cidadania não basta instituir direitos, é preciso também ter práticas políticas éticas, em que a coisa pública seja realmente pública. Para chegar a este ponto entendemos ser urgente garantir uma gestão democrática e transparente. De maneira que seja implementado:

- A descentralização e potencialização do gasto público. Trata-se de uma redistribuição das despesas da cidade, levando em conta o atendimento à população, destinando mais recursos às pessoas com maiores dificuldades de gerar sua renda própria e procura por bens e serviços públicos.

- O fortalecimento dos conselhos de políticas públicas: os conselhos são espaços de diálogo entre o poder público e a sociedade civil, bem como instrumentos de fiscalização e controle social das políticas públicas do município. Estes conselhos precisam ser fortalecidos com mais autonomia, apoio técnico e precisam também de ampla divulgação que estimule a participação.

- Um governo com transparência e visibilidade: Cotia, infelizmente, sempre sofreu com escândalos de corrupção, baixos níveis de transparência e recentemente escândalos relacionados ao desmatamento. É preciso realizar imediatamente após a eleição uma AUDITORIA DAS CONTAS PÚBLICAS DE COTIA, identificando os pontos críticos e possíveis drenagens de recursos públicos pela corrupção e adotando um programa permanente e transparente das contas públicas.

- O estímulo a participação social: Uma prefeitura popular deve buscar conscientizar as pessoas sobre a participação, além de criar mecanismos de democracia direta como:

A) ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: o povo decide localmente onde aplicar os recursos públicos;

B) MECANISMOS DE CONSULTA POPULAR sobre programas e políticas. Governa bem quem governa com o povo, dando ouvidos às suas demandas.

- Dar mais eficiência administrativa à burocracia, otimizar as secretarias e garantir que não sejam distribuídas em troca de apoio político. As secretarias devem ser ocupadas por especialistas de cada área.

Mais do que ações pontuais, nós do PSOL nos propomos a construir uma outra cultura política, que supere os vícios do patrimonialismo, do clientelismo, do autoritarismo por meio de práticas democráticas, participativas, coletivas. Anunciamos um novo jeito de governar, uma aposta na coletividade.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entre os desafios de um governo popular e socialista está a organização de outro formato de econômico para as regiões que governam. Para tanto, é preciso ampliar iniciativas populares e democratizar os instrumentos de crédito e financiamento. As populações mais pobres precisam de mais apoio das políticas públicas para desenvolver suas estratégias de subsistência.

A economia solidária é um processo de desenvolvimento econômico com geração de emprego, renda e redução das desigualdades. E aborda muitas iniciativas que passam por oferta de crédito (no devido marco legal), para realizar a ativação de um circuito

econômico local que tenha produção de bens e serviços populares, valorização da comunidade, laços de solidariedade, criação de uma cultura de crédito e um processo de educação financeira.

Esta economia precisa andar ligada com a questão de classe, gênero e raça/etnia, já que a população mais vulnerável em nossa sociedade são mulheres negras. Neste sentido, pensar em outro formato econômico é pensar a partir da diversidade de nossa população, objetivando resolver os problemas de quem está mais sujeita/o à exploração, dominação, opressão e violência. Para a realização desta política é necessário:

- Implantar programas voltados ao apoio e fomento a formas diversas de geração e distribuição de renda – o que inclui pequenos negócios locais - partindo da ordem de prioridade da população mais vulnerável.

- Apoiar catadoras/es de resíduos sólidos – incentivando a organização de cooperativas dessas/es trabalhadoras/es.

- Fomentar franquias sociais.

- Criar programa de capacitação profissional e geração de renda voltado para mulheres priorizando vítimas de violência doméstica – para a população LGBTQIAP+ e negra.

- Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais, mulheres ciganas, mulheres com deficiência e inserção no mercado de trabalho das mulheres em regime semiaberto e egressas do sistema prisional.

- Instituir sistema de formação e qualificação profissional das mulheres, reeducandas e egressas do sistema prisional.

- Garantia de acesso ao trabalho com equidade de gênero, estabelecendo paridade entre mulheres e homens, considerando cor/raça e diversidade, nos cargos de direção do Executivo, na Administração pública direta ou indireta.

- Prioridade para mulheres em situação de violência para programas de emprego.

- Incentivar a criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária voltados ao segmento LGBTQIAP+, priorizando travestis e transexuais.

- Garantir vagas em programas de jovens aprendizes e bolsa trabalho para a juventude LGBTQIAP+ por meio de cotas.

- Criação do conselho LGBTQIAP+.

- Concessão de novos termos de permissão para o trabalho de ambulantes.

- Redução da burocracia para a obtenção de permissão de comercializar em grandes eventos.

- Criação de Pontos de Apoio ao Trabalhador Ambulante e aos Entregadores. Neles, serão dispostos banheiros públicos, cozinha coletiva e depósito para mercadorias e materiais de trabalho.

EDUCAÇÃO

Sabemos o quanto a Educação passa por todos os setores da sociedade enquanto base da formação da cidadania. Nosso município precisa desenvolver uma educação inclusiva, acessível, integral e com equidade que estimule a compreensão ampla da diversidade de nossa cidade (e do mundo), que combata o machismo, o racismo e a lesbohomotransfobia... Para isso, precisamos garantir a estrutura escolar, com espaços físicos adequados, escolha dos materiais didáticos que contemplem os objetivos educacionais de um planejamento coletivo, formação contínua dos profissionais da educação e de pesquisadores para a construção de projetos compatíveis.

A educação em Cotia precisa partir da valorização de cada ser humano, da natureza e da relação dos mesmos, de maneira que crianças e jovens entrem em contato constante com os Direitos Humanos, preservando a natureza e reinventando coletivamente formas de viver, menos individualista, menos consumista e mais coletiva. Assim, é muito importante o desenvolvimento de projetos que relacionem escola e comunidade, com ações que valorizem a Cultura e a preservação do meio ambiente.

A política de valorização e de formação de profissionais da educação – que envolve cada profissional que está no espaço das escolas e/ou que estabeleça relações com este espaço também é compromisso desta candidatura, já que temos como princípio uma educação libertária, onde crianças e jovens tenham a possibilidade de desenvolver integralmente suas potencialidades, ampliando suas perspectivas culturais e intelectuais. Para isso, as equipes educadoras precisam de autonomia e investimentos que garantam o desenvolvimento de projetos pedagógicos que respeitem a realidade cotidiana, as singularidades das comunidades escolares e o desenvolvimento de seus educandos.

Buscaremos ações emergenciais para retomar direitos perdidos, com reivindicações antigas das/dos profissionais da educação desta cidade e melhor estrutura das escolas e espaços de cultura:

- Reformulação do plano de carreira do magistério com consultas e discussões prévias, com Audiências com os profissionais da educação prevendo Piso salarial em adequação ao piso nacional para garantir dignidade enquanto trabalhadoras/es e ensino de qualidade, o que leva às melhorias no processo de ensino-aprendizagem das crianças e jovens.
- Formação das/dos profissionais para a implantação efetiva da lei 10.639 na rede municipal de ensino, com projetos educacionais antirracistas.
- Viabilizar a criação de projetos com temas transversais que viabilizem as reflexões de modo interdisciplinar e que permeiem a educação em todos os espaços, garantindo cursos e materiais sobre orientação sexual, gravidez precoce, racismo, democracia, políticas públicas e outras temáticas com o objetivo de combater preconceitos, opressão e violência.

- Garantia da jornada extraclasse de 1/3 das horas de trabalho de professoras/es sem reduzir carga horária de alunas/os.
- Garantia e retomada dos direitos das/os profissionais da educação – como licença prêmio, quinquênio, sexta parte... e pagamento dos benefícios/direitos atrasados dos profissionais da ativa.
- Pagamento de direitos/benefícios atrasados de profissionais aposentadas/os.
- Formação, capacitação e cursos de atualização para os profissionais da educação (nas diferentes funções).
- Abertura de concurso público classificatório e periódico (prazo a definir com quadro do magistério) para preencher o quadro de todos os profissionais necessários à escola: psicólogas/os, psicopedagogas/os, fonoaudiólogas, assistentes sociais, auxiliares de classe, secretárias/os de escola, auxiliar administrativa/o, inspetoras/os, porteiras/os...
- Parceria e diálogo com secretaria da Saúde e de Esportes (secretaria intersetorial) para melhor acompanhamento do bem estar integral das alunas/os nas diferentes faixas etárias.
- Viabilizar espaços já existentes e criação de novos para atividades esportivas e culturais como bibliotecas, espaços para rodas de conversa, saraus, palestras, danças, teatro, contato com a natureza, educação ambiental (estudo do meio-in loco)... garantindo formação e socialização.
- Adesão aos projetos estaduais e federais que possam melhorar o Processo de Ensino-aprendizagem nas diferentes faixas etárias e barrar projetos que prejudiquem a busca contínua do desenvolvimento dos alunos e a construção de uma sociedade cada vez mais democrática, baseada no diálogo e na valorização do coletivo.
- Acesso e ampliação das vagas nas creches, inclusive noturnas, zerando a fila de espera no município. Essas vagas de creches devem atender nas respectivas comunidades, nos bairros.
- Criação ou manutenção de programas com bolsas que visem a garantir acesso e permanência na educação básica, formação e inserção profissional de transexuais e travestis, com vagas em tais programas correspondentes à demanda necessária para esse público.
- Abastecimento de material básico para manutenção das escolas – dentro da perspectiva acima colocada (uma educação humanizada, que combata todos os tipos de opressão, dominação e exploração).
- Fiscalização na aquisição de insumos das escolas, garantindo quantidade suficiente, custos e qualidade dos mesmos.
- Diminuição do número de alunas/os por sala de aula, considerando faixa etária e inclusões.

- Ações para o combate à exclusão escolar e melhor qualidade da educação: garantir transporte escolar em TODOS os bairros da cidade, merenda de qualidade, maior oferta de alimentos orgânicos, buscar ações que aumente o diálogo da escola com a comunidade e ampliar os projetos participativos, considerando que a evasão é de maioria negra e de adolescentes que engravidam precocemente. Por isso, os projetos que abordam ações antirracistas, saúde e especificidades e condições da mulher e inclusão são primordiais.
- Fiscalizar junto aos conselhos participativos a aplicação de verbas destinadas exclusivamente à educação (CONFUNDEB e 25% de recursos do município, com base na Constituição Federal)).
- Disponibilidade de professores auxiliares com projetos de reforço e acompanhamento das crianças no processo de Alfabetização e dificuldades específicas.
- Ampliar as possibilidades de acolher as crianças e adolescentes por mais tempo na escola, com estrutura adequada, atividades organizadas e respaldadas por profissionais capacitadas/os nas diferentes modalidades de ensino.
- Viabilizar cursinhos populares e construir parcerias para atender as/os jovens em Cotia, preparando-as/os vestibulares.
- Ampliação de vagas para Educação de Jovens e Adultos(EJA), com Projeto de Alfabetização numa concepção mais ampla de Formação com base na realidade do educando a fim de evitar a evasão escolar desse grupo.
- Implantação da LEI 13935/19 que garante profissionais psicólogos e assistentes sociais nas escolas.

SAÚDE

A defesa de direitos sociais básicos como a saúde é dever de todo governo democrático e popular. Assim, defendemos a atenção à saúde de maneira integral, não apenas com o tratamento de doenças, mas abordando a prevenção à doença, a promoção da qualidade de vida. Para tanto, é preciso:

- Valorização de todas e todos profissionais da saúde, a contratação de mais médicas e médicos – bem como de outras/os profissionais.
- Implementação em todo o município da Estratégia Saúde da Família (ESF). Esta estratégia visa o estabelecimento de uma equipe multiprofissional composta por (no mínimo): médica/o generalista ou médica/o da Família e Comunidade; enfermeiras/os generalistas ou especialista em Saúde da Família; auxiliar técnico em enfermagem; agentes comunitárias/os de saúde; profissionais de Saúde Bucal; cirurgiã/ão dentista e/ou especialista em Saúde da Família; auxiliar e/ou técnica/o em Saúde Bucal.

- A reinstituição do SAMU em Cotia, contemplando especialmente as regiões mais afastadas em que não se tem UPAS 24 horas (Jardim Japão, Caputera, Extremos de Caucaia), criando bases do SAMU nessas localidades.
- Reversão da privatização da saúde e do abandono de equipamentos e melhoria da infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento, bem como criação de novos equipamentos onde for necessário.
- Direito da gestante sobre seu corpo, livre das imposições da indústria das cesarianas, valorizando o parto natural, sem discriminação racial e/ou violência obstétrica.
- Atendimento que dê atenção integral à saúde reprodutiva e sexual da mulher, especialmente às vítimas da violência doméstica e do estupro.
- Garantia de acesso a política de planejamento familiar em todas as formas oferecidas pelo SUS.
- Humanização no tratamento às/aos cidadãs/ãos com sofrimento mental, o que inclui dependentes químicos. Defendemos a ampliação de equipamentos como os Centros de Atenção Psicossocial (incluindo os infantis, álcool e drogas) e os Centros de Convivência, articulados com a atenção primária da saúde. Pretendemos a ampliação da política de redução de danos para usuários de drogas, uma vez que o uso problemático de drogas deve ser entendido como uma questão de saúde.
- Criação de centro diagnóstico municipal com oferta de exames básicos como: exames laboratoriais e exames de imagem.
- Garantia de atendimento de equipe multidisciplinar domiciliar para as pessoas que não podem locomover-se.
- Organizar equipes multiprofissionais nos serviços de saúde de forma que qualquer profissional esteja apto a atender com respeito à mulher vítima de violência.
- Capacitar profissionais dos postos de saúde para atendimento e orientação à mulher vítima de violência.
- Criação de Casa de Parto Municipal para que todas as mulheres tenham acesso ao parto humanizado, livre de violência obstétrica e atendimento por profissionais especializados.
- Ampliação do horário de atendimento das Unidades básicas de saúde para que a trabalhadora e o trabalhador possa ter maior flexibilidade para atendimento e garantir vacinação de crianças em horário que ampliado.
- Capacitação de profissionais para atendimento da população LGBTQIAP+ e atendimento ao processo de transição.
- Implantar o Ambulatório Médico de Especialidades – AME através de parceria com o governo do Estado.
- Ampliação da Policlínica e contratação através de concurso público de médicos especialistas.

- Criar um centro especializado de atendimento aos portadores do Espectro Autista com acolhimento também às mães atípicas.

SEGURANÇA PÚBLICA

Nossa perspectiva de Segurança Pública é comunitária e protetora, que deve servir à população, priorizando as mulheres, a juventude e o povo negro. O direito à cidade – sem medo da violência urbana, o que inclui agentes do Estado – precisa ser exercido por toda a população, especialmente para mulheres e jovens, parte mais vulnerável da população quando se trata de Segurança Pública. Assim, é urgente:

- Redução do número de feminicídios, do genocídio da população negra e de homicídios. Combinar diferentes políticas públicas e áreas – como educação, saúde, habitação, esportes, cultura e assistência social - para prevenção da morte da juventude periférica (especialmente negra), bem como, para o combate à violência contra mulheres e para a criminalidade no geral é fundamental no combate à criminalidade.
- Formação e treinamento da Guarda Municipal numa perspectiva humanizada. Com aumento salarial, plano de carreira e valorização dessas/es profissionais, mas também outra perspectiva de abordagem às pessoas (especialmente nas periferias).
- Desmilitarização da Guarda Municipal e relação da mesma com programas de cultura, lazer, esporte e educação. De maneira que seja construída outra relação com as comunidades. Visando a justiça restaurativa e não punitiva que já se mostrou falida.
- Combate à letalidade policial, estabelecendo política de incentivo pela redução de letalidade policial com estabelecimento de metas para redução, estímulo a atuação de corregedorias e ouvidorias, de maneira a garantir os devidos recursos, fortalecer o controle externo da polícia pela secretaria de segurança pública.
- Campanhas de combate ao encarceramento em massa e à justiça punitiva. Construindo projetos de assistência social e de educação que sejam permeados pela justiça restaurativa.
- Combate à prática de tortura. Historicamente a tortura tem sido presente em diferentes espaços de “justiça” do Brasil. É necessário fiscalização, formação e campanhas contra esta prática.
- Campanha de defesa e autodefesa da mulher e combate à violência contra a mulher em geral.
- Desenvolver campanhas de combate à violência contra a mulher e esclarecimento dos direitos das mulheres nas áreas rurais.
- Realizar concurso público para profissionais especializados no atendimento de mulheres em situação de violência.
- Capacitação obrigatória e sensibilização da GCM, bem como de todos os agentes públicos de segurança, para as questões LGBTQIAP+.
- Garantir atendimento na Delegacia da Mulher no período de 24 horas.

- Criar observatório de combate a LGBTfobia, ao racismo e à violência contra a mulher

MORADIA E REFORMA URBANA

Muitas pessoas vivem em condições precarizadas. Para enfrentar esta situação é necessário uma política de reforma urbana e de habitação popular que respeite o direito à moradia digna e que não se submeta à especulação imobiliária. Também entendemos que Cotia possui áreas que devem ser preservadas, como áreas de nascentes e reservas, de maneira que a política habitacional do município precisa realizar o levantamento destas áreas e preservá-las de toda especulação.

Para uma boa política habitacional é necessário:

- Assegurar ampla participação popular no planejamento e na execução do desenvolvimento urbano.
- Estabelecer um plano municipal de desenvolvimento urbano que analise e rediscuta a administração da cidade, envolvendo especialmente mulheres e a juventude negra da periferia.
- Democratizar o acesso à terra urbana, combatendo a especulação imobiliária.
- Garantir moradia digna às pessoas das periferias retirando-as de áreas de risco.
- Construir complexos habitacionais populares, especialmente para moradores de áreas de risco (mapeando e acrescentando no programa) e de ocupação (como o caso da Vila Clara).
- Desapropriação de terrenos ociosos, que não cumprem a função social, para habitação popular.
- Políticas de combate a despejos forçados. A cidade deve ser pensada para as pessoas e não para o capital, de maneira que a moradia deve ser prioridade.
- Urbanização e regularização das periferias. As pessoas que moram nas chamadas “habitações irregulares” sofrem ampla segregação urbana e social. Regularizar endereços, integrar as periferias à cidade é parte de um processo para preservar empregos, laços territoriais e acesso a equipamentos públicos.

MOBILIDADE URBANA

O transporte público de qualidade é um direito de todas e todos. Precisa ser inclusivo e garantir a mobilidade onde a população possa ir para todos os lugares. Sem ignorar a preservação ambiental e a segurança pública para que as pessoas possam andar tranquilamente pelas ruas.

Falar em mobilidade urbana é tratar também de uma política de desenvolvimento local, que tenha como um dos seus objetivos criar trabalhos e renda para a periferia da cidade, assim como todos os serviços públicos necessários – especialmente para mulheres negras que estão na situação de maior vulnerabilidade. Desta maneira, é preciso:

- Garantir transporte público de qualidade como direito social, reduzindo as tarifas até zerar e, ao mesmo tempo, expandir a oferta para melhorar a qualidade. Criando uma empresa de transporte municipal para garantia desses direitos.
- Tornar a cidade mais limpa e mais bonita com um Plano de Revitalização do Centro e com reformas paisagísticas nos bairros: criação e arborização de calçadas.
- Garantir acessibilidade às pessoas com deficiência nos prédios e passeios públicos.
- Revisar o Plano Diretor com o objetivo de privilegiar a população ao invés da especulação imobiliária (atacar os especuladores é estratégico para desmontar o coronelismo na cidade).
- Aumentar a destinação de verbas públicas para a mobilidade urbana.
- Integrar os transportes urbanos, criando um bilhete único municipal – enquanto a tarifa zero não for instituída.
- Instituir o passe livre sem cota para estudantes já. A juventude precisa de transporte gratuito e sem cotas, pois o processo educacional não ocorre apenas no espaço escolar, mas na troca entre diferentes grupos, nos espaços de cultura, lazer, esporte, é necessário que jovens possam ir e vir livremente para que desfrutem deste processo de formação.
- Após as dez horas da noite os ônibus serão obrigados a parar para mulheres fora do ponto, como forma de aumentar a segurança das mulheres.
- Municipalizar a tarifa de ônibus Cotia-Caucaia.
- Reduzir o tempo de espera dos ônibus até 23h.
- Instituir o transporte público 24h. Os ônibus devem circular durante 24h – criando horários especiais para os ônibus da madrugada.
- Obrigatoriedade - em todos os ônibus municipais - da acessibilidade para deficientes.
- Criação de linhas circulares nos bairros que levarão passageiras/os até o terminal de ônibus.

Como resolver o problema do trânsito da Raposo Tavares?

- Trazer os BRT's para a Raposo: vias exclusivas para ônibus – devemos priorizar o transporte público.
- Criar vias de desafogo.
- Mobilidade urbana se garante priorizando o transporte público e apostando na multimodalidade: devemos iniciar a construção de sistemas ciclovitário, ferroviário (linha 8) ou metroviário (emenda na linha 4) e BRT's.

- Criação do passe livre para pessoas desempregadas, em tratamento de saúde que requeira presença diária ou de pelo menos 3 vezes na semana nos ambientes de saúde e para as gestantes.

CULTURA

A cultura é central em nosso programa partidário, pois tem papel fundamental na construção de outras formas de enxergar o mundo, de pensar a sociedade, de participar e ocupar os espaços públicos. Ela é o fio que une o direito à saúde, à moradia, ao transporte, à educação, ao trabalho, à cidade, à democratização de todos os espaços. Cultura é lugar de diversão, de disputa de ideias, da transgressão e é por isso que até hoje a cidade de Cotia não teve o investimento necessário em cultura. Não convém para quem quer uma população obediente estimular espaços que recebam e produzam cultura. A expressão cultural pode ocorrer em todos os lugares, por isso, este programa de governo trata cultura de maneira central e transversal, atravessando e impulsionando os demais setores e segmentos da cidade.

Dentre nossas prioridades estão:

- Assegurar a construção de uma rede de cultura que tenha planejamento com participação popular e de diferentes setores da cidade, incentivo e investimento da prefeitura; incentivar produções culturais de moradoras e moradores de Cotia; promover a multiculturalidade e o papel transformador e independente da arte.
- Criar centros culturais descentralizados e de, pelo menos (um no centro de Cotia e outro em Caucaia), dois espaços culturais – com anfiteatro – centralizados que possam receber grupos culturais de fora de Cotia, mas também tenham a função de estímulo à produção cultural, funcionando como espécie de escolas municipais de arte.
- Realizar a ligação entre escolas municipais e os centros culturais, de maneira que a produção cultural seja parte do processo de formação das crianças e jovens.
- Reorganizar e ampliar as bibliotecas municipais – com compra de livros e materiais digitais e criação de cronogramas de palestras, rodas de leitura, contação de histórias para crianças (incluindo formação dos idosos da cidade para desempenhar funções como esta).
- Realizar conferências de cultura como espaços de debate, elaboração, deliberação e ação, comprometendo a prefeitura a abranger neste processo as diversidades de grupos que compõem a cidade.
- Confeccionar um Mapa da Cultura das diversas iniciativas culturais já existentes em Cotia e partir o incentivo e a construção desta nova cidade que abraça e estimula movimentos culturais a partir do que já existe.
- Revitalizar espaços e lugares que marcam a herança do povo negro e indígena em nossa cidade.

- Criar os pontos de cultura espalhados pela cidade, bem como Centros Culturais – com atividades de teatro, dança, artes plásticas, artesanato, música, cinema, radiodifusão, mídias livres especialmente nas periferias: Jardim Japão; Caputera; Mirizola;
- Instituir o Fundo Municipal da Cultural para promover editais de financiamento a artistas e grupos culturais para que possam desenvolver suas atividades.
- Criar programa de recuperação da memória da cidade.
- A socialização dos meios de produção cultural é uma questão estratégica para o socialismo, cabe aos governos de esquerda realizarem esta tarefa: criar uma política de incentivo às rádios comunitárias a às mídias livres e alternativas.
- Instituir a semana cultural do orgulho LGBTQIAP+.

ESPORTE

O esporte não é simplesmente uma prática recreativa, mas uma forma de emancipação individual, que pode auxiliar na construção de uma cidadania plena. Neste sentido, vamos realizar uma gestão conjunta do esporte com as comunidades locais, de forma que o protagonismo dessas comunidades seja fortalecido. Para isso:

- Praças e parques precisam ser reestruturados para que sejam espaços de práticas esportivas cotidianas, potencializando a atuação de entidades e organizações locais para o desenvolvimento de diferentes modalidades: jogos, dança, lutas, meditação etc. focando o fortalecimento dos laços sociais entre as pessoas das respectivas comunidades.
- Uma importante meta é o aumento da participação de crianças e jovens em diferentes modalidades esportivas, observando critérios de distribuição equitativa entre todas as faixas etárias, de gênero, raça/etnia e, também, de portadores de deficiência, dispondo para todos os públicos equipamentos adequados a tais práticas, além da construção de “miniginásios” descentralizados. Democratizando o acesso ao esporte e à atividade física.
- Construir uma cidade saudável, onde a atividade física seja parte da política de saúde, como maneira de prevenir doenças, promover socialização e educação – tripé que reduz a violência e estimula a cidadania.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cotia carece de investimento na área de assistência social. Neste sentido, quando pensamos na transformação de nossa cidade, não poderemos deixar de pensar em políticas públicas para esta área – lembrando que estas políticas devem estar em sintonia com educação, esporte, cultura, saúde... Precisamos:

- Promover o combate e a prevenção da violência contra as mulheres, por meio de campanhas socioeducativas nos meios de comunicação, nas escolas, nos serviços públicos.
- Promover campanhas constantes e massivas de combate ao racismo, ao machismo e ao sexismo.
- Promover assistência integral às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, criando serviços municipais especializados como centros de referência, casa abrigo e unidade em saúde.
- Promover a Rede de atendimento à mulher em situação de violência na perspectiva de garantir a integralidade das ações.
- Formar e capacitar servidores públicos municipais, especialmente nas áreas da saúde e segurança, como tratar mulheres vítimas de violência
- Contratar profissionais da área psicossocial para atendimento às vítimas de racismo – especialmente em caso de racismo institucional.
- Elaborar um programa municipal para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo na cidade.
- Estimular o serviço de cuidadora/or para assistência às pessoas com deficiência e às/aos idosas/os.
- Criar, fortalecer e descentralizar programas de assistência aos idosos, de forma a contribuir para sua integração à família e à sociedade e incentivar o seu atendimento no seu próprio ambiente, especialmente no atendimento de saúde público.
- Criar Instituição de Curta Permanência e espaços de convivência e lazer e para idosos.
- Criar albergues e serviços públicos de qualidade para atendimento da população em situação de rua.
- Criar programa de recuperação, formação e inclusão da população em situação de rua.
- Efetivar a igualdade de direitos previdenciários aos casais homossexuais no serviço público municipal.
- Criação do programa Pais e Mães da diversidade.
- Criação de programa de inclusão e de trabalho para as pessoas portadoras de deficiência física.
- Propor legislação municipal que assegure os direitos da população LGBTQIAP+ e que sancione administrativamente as discriminações e discursos de ódio motivados por orientação sexual e por identidade de gênero no âmbito da administração municipal.
- Articular parceria com o Selo da Diversidade Estadual para reconhecer as empresas e comércio que promovam o respeito a diversidade.

- Convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
- Criação de centros de Referencias Idosos, mulheres, centro Pop, reafirmação dos CRAS E CREAS como equipamentos essenciais para a efetivação da PMAS.
- Construção do PCCS das trabalhadoras e trabalhadores do SUAS.
- Adequação do quadro do funcionalismo dentro das diretrizes da NOB-RH-SUAS.
- Criação de políticas permanentes, para atendimentos em casos de calamidade pública e situações de urgências e emergência.
- Facilitar o acesso das famílias e/ou indivíduos aos equipamentos da Assistência social através de procura espontânea, busca ativa, encaminhamentos da rede sócio assistencial e Inter setorial. O atendimento deve ocorrer através de acolhimento, atendimento psicossocial individualizado, grupal e visitas domiciliares.

MEIO AMBIENTE

Nossa sociedade tem priorizado uma construção de cidade que se baseia no consumo e no fim de áreas que deveriam ser preservadas. É como se o espaço urbano não tivesse responsabilidades em relação ao meio ambiente. O que não é verdadeiro! A questão, é que apenas os interesses econômicos são tidos como importantes e a forma como esses interesses são garantidos no sistema capitalista passa pela manutenção da desigualdade sócio-ambiental, pela exploração e da destruição do meio ambiente.

A cidade de Cotia é riquíssima em recursos naturais. Portanto, é muito importante:

- Conservar as áreas de nascentes, reservas florestais, ampliar os parques, praças e áreas verdes, preservar nossos recursos hídricos e monitorar áreas de risco é nossa obrigação.
- Implementar e ampliar políticas de bem estar animal, reconhecendo que não é desnecessário o cuidado com animais – inclusive aqueles que vivem nas ruas. Realizando castrações públicas e estimulando o cuidado desses animais por parte de moradoras/es de diferentes bairros – sempre com o subsídio de políticas públicas municipais.
- Combater o desmatamento e realizar projetos que estimulem a agricultura familiar, transformando Cotia em uma área de produção de produtos orgânicos podem nos colocar como referência de cidade no Brasil, além de desenvolver economia associada com qualidade de vida.
- Implementar em TODA A CIDADE, infraestrutura de saneamento básico. Esta é uma questão ecológica e também de saúde pública essencial para as pessoas.
- Instituir um sistema de coleta seletiva.
- Criar uma política municipal de resíduos sólidos que conte com um sistema público de logística reversa e reciclagem.

- Realizar campanhas educativas sobre o consumo responsável.
- Preservar o meio ambiente da cidade, nosso sistema de águas, nossas nascentes.
- Fiscalizar e punir rigorosamente os crimes ambientais – incluindo no desmatamento de áreas de preservação para a construção de casas que beneficiam a especulação imobiliária.
- Reformular o Plano Diretor garantindo assim que as áreas de preservação ambiental e a Lei de Uso e Ocupação do Solo sejam respeitadas.
- Ter em todas as secretarias um setor de cuidado e preservação do meio ambiente.